Ano XI - Nº 4.554

Terça-feira, 7 de Julho de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Debate sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016

O presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, vereador Cláudio Tinoco defende a implantação do orçamento impositivo em Salvador a partir do próximo ano

Foto: Reginaldo Ipê



Segundo o vereador Cláudio Tinoco (DEM), a mudança tornaria obrigatória a execução das emendas orçamentárias propostas pelos vereadores da cidade. Desde 2014 a prefeitura designa R$ 43 milhões para emendas parlamentares, o que equivale a R$ 1 milhão para cada vereador, mas o orçamento não sendo impositivo, não garante a liberação dos recursos para todos os vereadores, como acontece no Congresso. Durante a audiência, realizada no Centro de Cultura, a vereadora Aladilce Souza (PCdoB) pediu esclarecimentos sobre os artigos 38, 39 e 40, que, para ela, "dão a impressão que o Executivo quer terceirizar o serviço público". **Leia mais na página 3**

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com



www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001
BUREAU VERITAS Certification

Gratificação de rodoviários no Carnaval

Percentual destinado à Prefeitura de Salvador seria revertido em benefício da categoria

O vereador J. Carlos Filho (sem partido) solicitou à Prefeitura de Salvador, por meio do Projeto de Indicação nº 236/15, o direcionamento do percentual arrecadado via Busdoor para o pagamento obrigatório da gratificação do Carnaval para os rodoviários. A proposta foi levantada na negociação da data base da categoria entre o Sindicato dos Rodoviários e o prefeito ACM Neto.

"Acho justo a proposta, o rodoviário passa a ter participação na publicidade que ele ajuda a fazer e tem a garantia da sua gratificação pelo trabalho duro e árduo no Carnaval de Salvador", afirmou o vereador.

O legislador também é autor do Projeto de Lei nº 16/15, que obriga os rodoviários a receberem um percentual da renda arrecadada pela publicidade e do Projeto de Indicação nº 191/15 que requer a obrigatoriedade do pagamento de gratificação do Carnaval para os rodoviários. Ambos apresentados no início do ano.

Segundo o vereador, as preposições são reivindicações antigas da classe. "A classe ainda precisa de muitas melhorias, no entanto, o reconhecimento da importância dos trabalhadores por parte do Executivo já é um grande avanço", destacou.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereador J. Carlos Filho

Foto: Internet



Geraldo Júnior tem concessão de utilidade pública aprovada

Associação Nova Vida em Cristo, fundada em 2010, será beneficiada

Foi aprovado na Câmara Municipal de Salvador, na quarta-feira (1), o Projeto de Lei nº 195/2014, apresentado pelo vereador Geraldo Júnior (SD). A proposta tem o intuito de conceder o título de utilidade pública à Associação Nova Vida em Cristo. Fundada em maio de 2010, a entidade sem fins lucrativos, presta serviço ao bairro Cidade Nova e adjacências, tendo como finalidade lutar pela defesa dos interesses da coletividade de forma a promover melhorias que assegurem uma melhor qualidade de vida, em especial às crianças e jovens carentes, através da prática e do desenvolvimento esportivo.



Vereador Geraldo Júnior

O edil destaca que toda a renda da associação é "aplicada integralmente em recursos e na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais", com a finalidade de manter as atividades que são fundamentais para o desenvolvimento destes jovens. "Ter obtido mais essa conquista, principalmente em prol da juventude, me dá ainda mais ânimo para continuar buscando uma Salvador cada vez melhor para os soteropolitanos", declarou Geraldo Júnior.

Cláudio Tinoco defende implantação de orçamento impositivo

Vereador presidiu audiência pública que discutiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016



Orçamento para 2016 foi detalhado em atividade na Câmara Municipal

Fotos: Reginaldo Ipê

Uma audiência pública discutiu, na manhã de segunda-feira (6), no auditório do Centro de Cultura, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016. Durante a atividade, o presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, vereador Cláudio Tinoco (DEM), defendeu a implantação do orçamento impositivo em Salvador a partir do próximo ano.

A mudança tornaria obrigatória a execução das emendas orçamentárias propostas pelos vereadores da cidade. Desde 2014 a prefeitura designa R$ 43 milhões para emendas parlamentares, o que equivale a R$ 1 milhão para cada. Mas o orçamento não sendo impositivo, não garante a liberação dos recursos para todos os vereadores, assim como acontece no Congresso.

Sobre a LDO, Tinoco disse que a intenção é submeter o relatório à Comissão no dia 14 de julho. Após a aprovação do colegiado, o texto segue para votação na Câmara. "A expectativa é que a LDO seja aprovada ainda esse mês e o Executivo tenha até 30 de setembro para concluir qualquer alteração. Pretendemos fechar o ano com o orçamento aprovado", disse o vereador.

Durante a audiência, a vereadora Aladilce Souza (PCdoB) pediu esclarecimentos sobre os artigos 38, 39 e 40, que para ela "dão a impressão que o Executivo quer terceirizar o serviço público". Ela também questionou os recursos que serão direcionados para as políticas públicas em prol das mulheres.

"Temos 52% de população feminina em Salvador e, de acordo com orçamento apresentado, foram diminuídos os recursos para este grupo. É preciso incluir o recorte racial e de gênero no orçamento", ressaltou. Aladilce sugeriu ainda que fosse estendido o prazo de entrega do relatório para realização de uma ultima audiência pública para debater e aprofundar o tema.

Orçamento

A receita estimada para o próximo ano é de R$ 6,386 bilhões - incluídas as receitas de capital. O secretário municipal de Gestão, Alexandre Paupério, disse que a elaboração do orçamento levou em consideração o novo momento da economia brasileira. "No orçamento 2016 trabalhamos de forma parecida com 2015, contemplando custeio e investimento. Colocamos como expectativa do final do mandato de ACM Neto, 18% do orçamento para investimento".

O secretário, contudo, destaca que os investimentos vão depender da parceria com o governo estadual, federal e viabilização das linhas de crédito. "A idéia é que a gente não tenha gastos de custeios muito elevados para poder concretizar essa capacidade de investimento", esclareceu.

Em saúde e educação, Paupério afirma que a prefeitura tem feito investimentos acima do que estabelece a Constituição. "Nestes três primeiros anos prefeitura se concentrou em reformar, renovar e reequipar as redes municipais de ensino e saúde e agora é a hora de operar isso e de manter, o que exige recursos de custeio importantes. No ano passado, em saúde chegamos as 17% e em educação a 25,5%", destacou o titular da Secretaria Municipal de Gestão (Semge).

A diretora-geral de Planejamento Orçamentário da Semge, Ana Nery, apresentou detalhes do orçamento. Entre os programas prioritários e metas previstas para 2016 na capital baiana estão: implantação de cinco mil metros quadrados de contenção de encostas, reforma de 50 escolas, construção de outras 19, implantação de cinco centros de educação integral e 30 centros de educação infantil, construção de sete multicentros de saúde, oito Postos de Saúde da Família e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), reforma de 50 unidades básicas de saúde, além da construção e restauração de 36 mil metros quadrados de espaços urbanos e praças públicas.



Também fez parte da mesa o assessor-chefe da Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), Dcael Bandeira. Estiveram presentes os subprefeitos Sósthenes Macedo (Subúrbio/Ilhas) e Raimundo Pereira (Barra/Pituba). Moradores dos bairros dos Barris, Pernambués, Comércio, Lobato, Santa Luzia, Santo Inácio, Itaigara, Stiep e Canela marcaram presença no debate.

Tinoco cobra entrega do terminal marítimo de passageiros

Vereador do DEM criticou atraso de quase dois anos nas obras

O vereador Claudio Tinoco (DEM) cobrou, na quarta-feira (1°), a entrega do terminal marítimo de passageiros de Salvador. "O equipamento finalmente parece estar pronto, após o atraso de 2 anos, mas até agora não foi aberto ao público. Essa é mais uma obra que ficou atrasada, fez parte da matriz de responsabilidade da Copa do Mundo, mas como o aeroporto não foi entregue".

O democrata lembrou ainda da nova temporada de cruzeiros que se aproxima e a necessidade da entrega do equipamento para impulsionar o turismo na capital baiana. "Já estamos no segundo semestre e, em setembro, iniciamos uma nova temporada de cruzeiros. Passou da hora do governo federal entregar esse importante equipamento que ajudará também pela revitalização da região do Comércio".



Vereador Cláudio Tinoco

Gilmar Santiago critica demolição de escolas em Fazenda Coutos

Para o vereador, a ação prejudica o aprendizado dos alunos e é resultado da falta de planejamento da prefeitura

Em visita ao bairro Fazenda Coutos, no subúrbio de Salvador, na terça-feira (30 de junho), o vereador Gilmar Santiago (PT) ouviu de lideranças comunitárias que duas escolas municipais foram demolidas ao mesmo tempo, deixando as crianças sem aulas. "Vão colocar os alunos para estudar em contêineres, depois de demolirem as Escolas Ester Félix da Silva e Fazenda Coutos, enquanto a situação não é resolvida, meninas e meninos do bairro ficam sem aprender", criticou Gilmar. Segundo ele, isso mostra a falta de planejamento da prefeitura e a falta de cuidado com a educação.



Vereador Gilmar Santiago visitou o local onde funcionavam as duas escolas

Moisés Rocha diz que obras na Ladeira do Cacau estão inacabadas

Vereador pede que o prefeito fiscalize as intervenções realizadas no local

Em pronunciamento no plenário da Câmara Municipal, o vereador Moisés Rocha (PT), cobrou do prefeito ACM Neto uma audiência pública antes da inauguração das obras da Rua Engenheiro Austricliano, mais conhecida como Ladeira do Cacau, no bairro de São Caetano.



Foto: Valdemiro Lopes

Vereador Moisés Rocha em visita a Ladeira do Cacau, em abril, com titulares da Sindec

De acordo com o vereador as intervenções no local já duram quatro anos e deveriam ter sido concluídas há seis meses. Mesmo assim, falta grade de proteção, telas nos alambrados, escadarias, canais de escoamento da água e as encostas estão inacabadas.

"A população sofre com o congestionamento, já passaram seis meses do prazo de entrega da obra e agora querem inaugurá-la sem concluir os serviços. A comunidade quer a visita e fiscalização do prefeito e um tratamento igual ao dado ao bairro da Barra. Os moradores mandam dizer: 'Prefeito, obra inaugurada é obra pronta'.", afirmou Moisés Rocha.

Prazo para emenda à LDO

Conforme foi definido na audiência pública da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização para discussão do Projeto de Lei nº 131/2015 (mensagem nº 04/2015), referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2016, o prazo para apresentação de emendas encerra-se dia 13 de julho, segunda-feira, às 17h. Segunbdo o presidente do colegiado, vereador Cláudio Tinoco (DEM), as emendas devem ser apresentadas na Coordenação das Comissões, localizada no Edifício Rio Lima, 5º andar.

A LDO para o exercício de 2016 está disponível nos seguintes sites: www.cms.ba.gov.br (Mensagem do executivo) e http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/LDO2016/ (gestão pública).

Comissão da Criança e do Adolescente homenageará os 25 anos do ECA

Programação do colegiado conta com sessão especial e audiência com pauta do Fórum de Classe Hospitalar

Em reunião realizada na tarde de segunda-feira (6), a Comissão Especial de Defesa da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal definiu alguns eventos a serem realizados no mês de julho. De acordo com o presidente do colegiado, vereador Hilton Coelho (PSOL), as atividades visam discutir as demandas relacionadas à defesa dos jovens e a destinação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016 para crianças e adolescentes do município.

A programação na Câmara contará com a realização de uma audiência pública no dia 23 de julho, que terá como pauta as reivindicações do Fórum de Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar. O Fórum foi representado na reunião por Jaciara Coy Souza, Maria Celeste Ramos e Juliana Oliveira Araújo, que apresentaram uma minuta de projeto de lei ao vereador Hilton Coelho.

Já no dia 30 de julho, a Comissão irá promover uma sessão especial que prestará homenagem aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na ocasião, será debatido ainda a Redução da Maioridade Penal, aprovado na Câmara dos Deputados, mas que recebeu posicionamento contrário da Câmara de Salvador. Após a sessão especial, os vereadores que integram o colegiado promoverão um ato em frente ao Paço Municipal.

Além de Hilton Coelho e das representantes do Fórum, participaram da reunião ordinária os vereadores Luiz Carlos Souza (PRB), Waldir Pires e Vânia Galvão, do PT, e Aladilce Souza (PCdoB). Os vereadores Sílvio Humberto (PSB) e Leandro Guerrilha (PSL) foram representados por assessores legislativos.

ARTIGO

Cobrança de estacionamento em shoppings é um crime contra a economia popular


Foto: Reginaldo Ipê

A partir de uma decisão judicial, os shoppings de Salvador passaram a cobrar pelas vagas de estacionamentos. A Comissão de Defesa do Cidadão da Câmara Municipal entende que este fato configura um crime contra a economia popular, não somente pelos valores excessivos que passaram a ser cobrados, como também pelo efeito em cadeia dos demais estacionamentos comerciais, que passaram a cobrar e majorar seus preços muito acima de qualquer índice de reajuste no país.

A alegada decisão judicial é, no mínimo, parcial e inconsistente, posto que leva em conta somente os argumentos da ABRASCE, entidade que representa os shoppings centers, e alega apenas a pretensa falta de competência do município para legislar sobre a matéria.

Reiteramos que a oferta de vagas gratuitas nos estabelecimentos comerciais e de serviços é uma necessidade para diminuir o impacto de vizinhança destes estabelecimentos. Agora, além do impacto ambiental, teremos um impacto social, provocado pela cobrança, pois os shoppings são também um local de oferta de serviços públicos e de outros serviços, cujo acesso será limitado pela cobrança.

A oferta de vagas pelos shoppings é um investimento para ampliar as suas vendas. Ao cobrar, os estabelecimentos estarão repassando este custo para o consumidor e, no mínimo, obrigando-o a pagar duas vezes pelo mesmo serviço, já que o custo administrativo das vagas gratuitas já está incluído no preço das mercadorias vendidas nestes estabelecimentos, sabidamente mais caras que em outros tipos de comércio. Fica evidente que esta cobrança é movida apenas pela ganância, já que esta atividade se tornou uma máquina de fazer dinheiro, que se torna ainda mais rentável na proporção em que o poder público é omisso na fiscalização e conivente com os abusos.

A Prefeitura de Salvador tem sido omissa na fiscalização dos estacionamentos, pois não tem vontade política, nem pessoal técnico suficiente, nem mesmo estrutura física para fiscalizar o cumprimento de diversas leis aprovadas pela Câmara Municipal, que normatizam esta atividade econômica e que são tão desrespeitadas. Aliás, neste aspecto, a própria prefeitura é reincidente contumaz, pois ela própria não cumpre as leis nos estacionamentos públicos administrados por ela.

Mais uma vez a população de Salvador está abandonada à própria sorte diante dos desmandos do poder econômico e da omissão do poder executivo. Ainda que sejamos um poder legislador, a quem faltam atribuições e estrutura para fiscalizar, a Câmara Municipal, através da Comissão de Defesa do Cidadão, não arrefecerá a fiscalização dos abusos cometidos pelos shoppings centers e empresas de estacionamentos.

Junto com órgãos fiscalizadores, sindicatos, lojistas e trabalhadores somos contra esta cobrança, exigimos fiscalização da prefeitura e apoiamos as campanhas de boicote para barrar mais este crime contra a população de Salvador.

Vereador Everaldo Augusto (PCdoB) – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão, membro da Comissão Constituição, Justiça e Redação Final e da Comissão Especial do Carnaval.

CÂMARA MUNICIPAL

37ª SESSÃO ORDINÁRIA
3º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 8 DE JULHO DE 2015 – 14h30min.

Leitura, Discussão, Votação da Ata (2º secretário)
Leitura do Expediente (1º secretário)

ATA

34ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 1º DE JULHO DE 2015.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR KIKI BISPO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CLÁUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Comunicado n. 53.926/15 do Fundo Municipal de Educação; Projetos de Lei n.s 189/15 do vereador Odiosvaldo Vigas, 190 e 192/15 do vereador Sílvio Humberto e 191/15 do vereador Everaldo Augusto; Projetos de Indicação n.s 238/15 do vereador Everaldo Augusto, 239 e 240/15 da vereadora Ana Rita Tavares; Projeto de Resolução n. 32/15 do vereador Leandro Guerrilha; Requerimentos n.s 172 e 174/15 da vereadora Vânia Galvão, 173/15 do vereador Gilmar Santiago e 175/15 do vereador Everaldo Augusto. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor presidente solicitou que todos tomassem assento para aferição de *quorum* para as votações previstas. Verificado número suficiente de presentes, explicou haver para serem votadas, além de matérias constantes em Acordo, as Contas de 2012 do ex-prefeito João Henrique e duas Contas da Presidência da Casa, dos Exercícios 2012 e 2013. Em seguida, procedeu a consulta às Lideranças sobre a possibilidade da votação e os encaminhamentos às bancadas. O vereador Carlos Muniz, pela Oposição, declarou-se de acordo com a votação. O vereador Joceval Rodrigues, pela bancada de Governo, também se declarou favorável e encaminhou sua bancada a votar contra as Contas do ex-prefeito. O vereador José Trindade, pelo bloco independente, posicionou-se igualmente. O vereador Hilton Coelho, pelo PSol, declarou-se contrário à votação das Contas do ex-prefeito, entendendo que deveriam ser mais discutidas. A vereadora Aladilce Souza ressaltou a importância do debate sobre as Contas do ex-prefeito, cuja gestão considerou reincidente em erros. O vereador Geraldo Júnior rebateu a fala da antecessora convidando-a a discutir, ponto a ponto, o Parecer (desfavorável) do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) sobre as Contas do ex-gestor. Pela ordem, o vereador Everaldo Augusto, pela Oposição, liberou sua bancada na votação sobre as Contas do ex-prefeito. A vereadora Vânia Galvão, pelo PT, declarou orientar sua bancada, apesar da liberação da Liderança de Oposição, a votar contrariamente às Contas do ex-prefeito. O vereador Léo Prates, pelo DEM, liberou sua bancada nessa votação. O vereador Paulo Magalhães Júnior declarou-se dividido entre o apelo do vereador Geraldo Júnior e seu sentimento por Salvador, fazendo prevalecer este último, assim votando contra as Contas do ex-prefeito, o qual considerou haver destruído a cidade por oito anos. O vereador Sílvio Humberto, pelo PSB, encaminhou também voto contrário às Contas do ex-prefeito em razão da não-aplicação dos recursos constitucionalmente obrigatórios em Educação naquela gestão, o que gerou graves dificuldades às escolas. Em seguida, foi discutido, votado e aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 02/14 (Parecer Prévio do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia pela rejeição das Contas da Prefeitura Municipal de Salvador, Exercício 2012), contra os votos dos vereadores Alemão, Beca, Carlos Muniz, Geraldo Júnior, José Trindade, Kiki Bispo, Léo Prates e Toinho Carolino. Também foram discutidos, votados e aprovados os Projetos de Decreto Legislativo n.s 01/14 e 03/15 (Contas da Câmara Municipal de Salvador, respectivamente dos Exercícios 2012 e 2013). Pela ordem, o vereador Isnard Araújo solicitou a retirada do Requerimento n. 157/15. Posteriormente, foram discutidos, votados e aprovados os Projetos de Lei n.s 929/13, 195/14, 283/14, 13/15, 77/15, 89/15, 124/15, 126/15, 129/15, 130/15, 135/15, 138/15, 148/15, 149/15, 150/15, 151/15, 156/15, 158/15, 159/15, 160/15, 164/15, 169/15, 171/15 e 173/15; os Projetos de Resolução n.s 22/15, 24/15, 25/15, 26/15, 27/15, 28/15, 30/15 e 31/15; e os Requerimentos n.s 144/15, 145/15, 149/15, 150/15, 151/15, 153/15, 154/15, 155/15, 158/15, 159/15, 160/15, 161/15, 165/15, 166/15, 167/15, 168/15, 169/15, 170/15, 171/15, 172/15, 173/15 e 175/15. Na Presidência o vereador Kiki Bispo, o Senhor presidente Paulo Câmara agradeceu, em seu nome e do ex-presidente Pedro Godinho, a aprovação das Contas das suas gestões. Nos **Registros**, o vereador Leandro Guerrilha congratulou-se com o Senhor presidente Paulo Câmara pela aprovação das Contas de sua gestão e registrou o Dia Internacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, motivo pelo qual o Elevador Lacerda receberá iluminação especial até o final do mês. Na oportunidade, anunciou que realizará audiência pública sobre desaparecidos em Salvador. O vereador Cláudio Tinoco registrou a aprovação de Projeto de Indicação de sua autoria ao então governador Jaques Wagner para revogação da construção de arena na Ladeira da Preguiça, a qual foi acolhida, preservando-se o patrimônio. E saudou o anúncio da requalificação da Rua Chile, desejando que fosse estendida ao bairro do Comércio, inclusive com a recuperação do casarão dos azulejos. Na ocasião, cobrou da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) a inauguração do terminal de cruzeiros marítimos. O vereador Arnando Lessa disse ao vereador Cláudio Tinoco que, nos últimos 30 anos, nunca se fez tanto pelo Centro Histórico como agora. Mencionou as ações voltadas para a segurança, preservação do patrimônio e recuperação de praças, que compreendem a Baixa dos Sapateiros, Aquidabã e o prédio do Corpo dos Bombeiros, e ainda o ordenamento dos ambulantes. O vereador Everaldo Augusto comentou notícia de que membros da base do prefeito consideram desastrosa sua gestão, em razão de obras inacabadas pela cidade. Indagou se, após rejeitarem as Contas de um ex-prefeito ruim, teriam outro, semelhante, no momento. Explicou que, nas obras da Ribeira, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) concluiu a parte que lhe competia, restando crateras na área em que o Município deveria ter atuado. Pela ordem, o vereador Léo Prates pediu explicações sobre a dispensa de licitação, pelo Estado, para alienação de terreno ao preço de 30 reais por metro quadrado. Pela ordem, o vereador Gilmar disse que a rejeição das Contas do ex-prefeito deu-se por convencimento, e que os mesmos critérios adotados pautariam o exame das Contas de 2013 do atual prefeito, as quais já receberam ressalva do TCM. Pela ordem, o vereador Arnando Lessa comentou o encerramento da Sessão anterior, questionando a verificação de *quorum* promovida pelo vereador que a presidia, o que considera regimentalmente vedado. Disse entender que o presidente poderia até encerrar a Sessão por iniciativa sua, mas não desse modo. O Senhor presidente Kiki Bispo leu o art. 100 do Regimento Interno (RI) para justificar a medida em questão. Pela ordem, o vereador Duda Sanches considerou infundado o questionamento do vereador Arnando Lessa, a quem sugeriu releitura do RI. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues, sobre a fala do vereador Gilmar Santiago, disse ser prerrogativa da Casa apreciar Contas e declarou sua certeza de que não haveria problemas com as Contas do atual prefeito. Pela ordem, o vereador Arnando Lessa disse que ajudou a elaborar o RI, em 1989, o que o faz conhecer muito bem o diploma, e que a questão era de interpretação a seu respeito. Observou que o presidente da Sessão, nos termos do RI, não pode manifestar opinião. O Senhor presidente reconheceu a legitimidade desse posicionamento, mas disse prevalecer o do presidente da Sessão anterior. Pela ordem, o vereador Cláudio Tinoco, que presidia a Sessão anterior, afirmou que a falta de *quorum*, objetivamente reconhecida, era desfavorável ao prosseguimento daquela Sessão, e que o art. 100 do RI lhe permitia proceder como fez. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza observou que o presidente não pode promover questão de ordem, via pela qual se solicita a verificação de *quorum*. O Senhor presidente explicou que, no fato discutido, não tinha sido pedida questão de ordem, mas, diretamente, a contagem dos presentes. O vereador Moisés Rocha saudou o radialista "Batatinha", defendeu a revisão do RI e registrou a situação por que passa a comunidade de São Francisco Xavier, na Lagoa do Urubu, em Pirajá, vitimada por forte alagamento que resultou em 150 famílias desabrigadas. Lamentou que a Prefeitura e a Via Bahia estivessem se acusando mutuamente de responsabilidade pelos danos causados, com os prejuízos recaindo sobre a população, que precisa de resposta. Pela ordem, o vereador Leandro Guerrilha questionou a incoerência de alguns vereadores que se consideram "gatos-mestres". Disse ter saído do Plenário na Sessão anterior porque o vereador Kiki Bispo não se encontrava no momento da verificação do *quorum*. O Senhor presidente Kiki Bispo reconheceu que o RI carece de revisão. O vereador Léo Prates observou que há três anos e meio se vem debatendo o RI, mais especialmente há sete meses, já se estando na oitava versão de texto. Disse lhe parecer que alguns vereadores querem a manutenção do atual RI, e que não concordaria mais com as críticas sobre a questão. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza considerou que o que ocorre, às vezes, são colocações de artifícios nas interpretações do RI. O Senhor presidente Kiki Bispo reiterou ser preciso fazer a revisão do RI. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito disse que o novo RI não é autoral, e que acolheu todas as contribuições, até extemporâneas. Lembrou que a revisão do diploma teve início com o ex-vereador Everaldo Bispo, por iniciativa do Senhor presidente Paulo Câmara. Fez apelo para se ter o novo RI da Casa. O Senhor presidente agradeceu a menção ao ex-vereador Everaldo Bispo e declarou a honra de ter sido aluno do professor Edvaldo Brito. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior ratificou a sugestão do retorno da cessão do tempo partidário, por contribuição aos debates, e perguntou como estava sendo feito o cálculo da ordem do tempo dos partidos, o que o Senhor presidente Kiki Bispo solicitou da Diretoria Legislativa verificar. A vereadora Aladilce Souza lembrou as colaborações que prestou ao novo RI, como a criação de cota de 30% de mulheres na Mesa Diretora. Lembrou ainda que o prefeito havia se comprometido, à época das tragédias relacionadas às chuvas, com a criação do Plano Diretor de Contenção de Encostas, sem o qual, Salvador deixa de receber recursos federais. Opinou serem necessários mapeamento e fiscalização da Prefeitura sobre as áreas de risco. O Senhor presidente informou ao vereador Paulo Magalhães Júnior que ele seria o 13º a ocupar a Tribuna na próxima Sessão. O vereador Hilton Coelho, em nome da Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, comemorou a derrota no Congresso Nacional, no dia anterior, do Projeto que visava à redução da maioridade penal. Considerou que essa medida pode ser considerada reducionista para além do sentido literal, em função do tipo de visão sobre a realidade do País que representa. Considerou ainda que a sociedade reage a uma manipulação midiática que favorece o extermínio da juventude negra, e parabenizou os edis que se pronunciaram contrariamente ao Projeto. O vereador Sílvio Humberto também comemorou essa derrota, que considerou uma vitória da vida e dos que acreditam na juventude. Observou que o ECA não é cumprido e os legisladores ainda se voltam contra os jovens. Disse que investe nos jovens há mais de 20 anos e sabe que o quanto isso é possível. Elogiou grupos e entidades que se articularam contra a redução da maioridade, destacando o Movimento Negro, que o fez por saber que a juventude negra teria sido o alvo dessa mudança. Concluiu citando a frase de um historiador: "Se nos deitarmos, estaremos mortos". Pela ordem, o vereador Duda Sanches observou que a verificação de *quorum* é um procedimento previsto no RI. Pediu que a modernidade fosse trazida ao diploma e rogou aos pares a discussão de temas urgentes da Cidade, a fim de que a Câmara atue de forma pujante. Por oportuno, apelou aos edis, independente de partidos, requererem do Governo do Estado a liberação dos 100 milhões de reais prometidos, já que só foi liberado 1,6 milhão e as chuvas não esperam por burocracia. O vereador Léo Prates disse que a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) emprestou dinheiro para o município de Lauro de Freitas, mas não liberou para Salvador, cuja Prefeitura aplicou 60 milhões na Cidade depois da tragédia das chuvas. Voltou a perguntar quais são os programas sociais do Governo do Estado para Salvador e em quantas encostas, das abrangidas em promessa do Governo Federal, foi realizada a contenção. Pela ordem, a vereadora Ana Rita Tavares informou ter dado entrada em Projetos de Indicação à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e à Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) sobre acomodação de animais em transportes rodoviários. Na oportunidade, registrou que a AGERBA está descumprindo norma própria relativa à questão. Em comunicação inadiável, o vereador Gilmar Santiago relatou visita ao terreiro de Candomblé Ilê Axé Omindoiase, que está tendo problemas em decorrência das chuvas. Explicou que a maioria dos terreiros que funcionam na Periferia precisam de apoio do Poder Público. Na ocasião, voltou a questionar os investimentos na Barra e no Rio Vermelho. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza convidou para audiência pública que realizará com o vereador Arnando Lessa sobre a situação dos agentes comunitários de saúde e de endemias, no próximo dia 9. Pela ordem, o vereador Léo Prates ratificou a informação do envio, a esta Casa, do Projeto que confere isenção tributária aos terreiros de Candomblé. O vereador Edvaldo Brito registrou seu voto favorável ao Parecer do TCM pela rejeição das Contas do ex-prefeito João Henrique, mesmo tendo sido vice-prefeito naquela gestão, em coerência com sua posição acerca do gerenciamento dos recursos. Reiterou que o RI não é de sua autoria, mas, de todos os vereadores. Prometeu à vereadora Aladilce Souza que constariam, da última revisão, todas as contribuições dos Senhores vereadores, e agradeceu ao diretor legislativo e às servidoras que o auxiliam no apoio ao processo. Em votação, foi aprovada solicitação de licença do vereador José Trindade para o dia 30 de junho. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza informou a apresentação de Projetos de Lei para isenção tributária para casas de cultura. A vereadora Ana Rita Tavares ponderou sobre o uso de expressões que contêm referência a animais, como "gato-mestre", usada pelo vereador Leandro Guerrilha. Disse não ter visto má intenção no edil, mas que esse tipo de referência carrega uma depreciação aos animais, favorecendo, no inconsciente coletivo, a tendência a desmerecê-los. Pediu maior respeito nesse sentido, inclusive na Casa, para que as novas gerações tenham uma melhor influência. Concluiu ressaltando seu voto contrário às Contas do ex-prefeito como uma insurgência contra a má gestão daquele administrador. O Senhor presidente concordou que, desde a infância, recebe-se esse tipo de influência negativa sobre os animais. O vereador Pedrinho Pepê contou ter sido surpreendido por alguns edis e servidores da Casa, que organizaram uma missa pelo seu aniversário de 70 anos, o que o emocionou. Agradeceu aos que lhe proporcionaram essa homenagem. O Senhor presidente associou-se, em nome da Mesa, à homenagem, parabenizando o edil. Em comunicação inadiável, a vereadora Ana Rita Tavares saudou a nova entidade de classe dos agentes de endemias, em sua luta para majorar o piso remuneratório da categoria. O vereador Antônio Mário informou que o fogo simbólico das comemorações ao Dois de Julho já havia adentrado Valéria, e que o prefeito de Simões

Filho acompanhava o ato. Opinou que deveria ter estado presente o prefeito de Salvador. Contou ter sido indagado por seu filho, menor, sobre a possibilidade de maiores de 16 anos obterem habilitação para dirigir, se fosse reduzida a maioridade penal. Disse ver nisso uma possível reação em cadeia provocada pela medida, opinando que ela faria a Periferia sofrer. Concluiu defendendo mais escolas e trabalho para os jovens. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o Senhor presidente Kiki Bispo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR(A) LICENCIADO(A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
EUVALDO JORGE	30/06 À 08/07/2015	Art.18, inciso II, Res. 910/91

ATO Nº 025/2015 – O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o Ato da Presidência nº 008/2015, publicado no Diário Oficial do Legislativo Municipal de 14 de abril de 2015.

Gabinete da Presidência, 03 de julho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE SÁ BITTENCOURT CÂMARA
Presidente

ATO Nº 026/2015 – O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR no uso de suas atribuições e de conformidade com o Processo Administrativo nº 0379/2015,

RESOLVE:

Colocar à disposição do Estado da Bahia, o servidor **PAULO ROBERTO DE ARAÚJO,** Cadastro nº 6015**,** Assistente Legislativo Municipal, sem ônus para este Poder Legislativo Municipal, para exercer Cargo em Comissão de Coordenador de Controle Interno II, Símbolo DAS-2D, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, a partir de 1º de julho de 2015.

Gabinete da Presidência, 03 de julho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE SÁ BITTENCOURT CÂMARA
Presidente

EXPEDIENTE DA FUNDAÇÃO COSME DE FARIAS

ATO Nº 010/2015 – A FUNDAÇÃO COSME DE FARIAS no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 8.510/2013, **RESOLVE:**

Nomear ANA LUCIA RIBEIRO, matrícula nº 010, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Jornalismo, Classe **CC-60**, a partir de 1º de julho de 2015. Salvador, 06 de julho de 2015.

ATO Nº 011/2015 – A FUNDAÇÃO COSME DE FARIAS no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 8.510/2013, **RESOLVE:**

Nomear GIZÉLIA LUCENA VELAME, matrícula nº 011, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Rádio e TV, Classe **CC-60**, a partir de 1º de julho de 2015. Salvador, 06 de julho de 2015.

ATO Nº 012/2015 – A FUNDAÇÃO COSME DE FARIAS no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 8.510/2013, **RESOLVE:**

Nomear LIANA MARIA DE ALMEIDA CARDOSO, matrícula nº 012, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Rádio e TV, Classe **CC-40**, a partir de 1º de julho de 2015. Salvador, 06 de julho de 2015.

ATO Nº 013/2015 – A FUNDAÇÃO COSME DE FARIAS no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 8.510/2013, **RESOLVE:**

Nomear CRISTINA PEREIRA DA COSTA, matrícula nº 013 para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Rádio e TV, Classe **CC-40**, a partir de 1º de julho de 2015. Salvador, 06 de julho de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente do Conselho Deliberativo da
Fundação Cosme de Farias

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 042/2015 – O DIRETOR ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Suspender, por necessidade de serviço, as férias, programadas para julho/2015, do servidor:

- BRUNO SANTOS GONÇALVES, cadastro 6049, ocupante da Função de Confiança Classe FC-10 de Chefe do Setor de Tramitação;

Gabinete da Diretoria, 01 de Julho de 2015.

CARLOS ALBERTO FAGUNDES PEREIRA
Diretor Administrativo

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNCIPAL DE SALVADOR, com base na Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente, no que couber, na Lei Federal 8.666/93 e atendendo a decisão do Sr.Presidente desta casa, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da seguinte licitação:

Pregão Eletrônico nº: 12/2015
Processo nº: 0492/2015
Objeto: LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO, SEMINOVO COM NO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) ANOS DE USO, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 43 (QUARENTA E TRÊS) PASSAGEIROS, DOTADO DOS EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO, MICROFONE A BORDO, SANITÁRIO, EMPLACADO E COM DEMAIS ITENS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO PERTINENTE, CÓDIGO DE TRANSITO BRASILEIRO-CTB, LEI FEDERAL Nº 9.503/97, BEM COMO RESOLUÇÕES E DEMAIS NORMAS DO CONTRAN/DENATRAN/DETRAN E OUTROS ORGÃOS E ENTIDADES PERTINENTES.
Empresa vencedora: **FORT CAR TURISMO LTDA-EPP.**
CNPJ: nº 05.066.377/0001-67
Valor da Proposta: R$ 57.499,92
Data da Homologação: 09/06/2015

O Processo Administrativo correspondente está com vistas franqueadas aos interessados nos dias úteis das 08h00m às 17h00 na sala da COMPEL.

Salvador, 06/07/2015

Dilson do Espirito do Santo Filho
Pregoeiro

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº :022 /2015
PROCESSO CMS : 01114/2015
CONTRATANTE : CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA : A GOMES
OBJETO : Aquisição de Claviculário em aço.
VALOR TOTAL : R$ 129,00 (cento e vinte nove reais e noventa centavos)
BASE LEGAL : Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Parecer da Procuradoria Jurídica de nº 289/2015
DOT. ORÇAMENTÁRIA : 031.20002.200132 -44.90.52
HOMOLOGAÇÃO : 03/07/2015

DISPENSA Nº : 023/2015
PROCESSO CMS : 01106/2015
CONTRATANTE : CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA : OXIGÊNIO INSTALAÇÕES E COMERCIO LTDA
OBJETO : Aquisição kit oxigênio.
VALOR TOTAL : R$ 1.180,00 (hum mil, cento e oitenta reis)
BASE LEGAL : Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Parecer da Procuradoria Jurídica de nº 288/2015
DOT. ORÇAMENTÁRIA : 031.20002.200132 -44.90.52/031.20002.200132-33.90.30
HOMOLOGAÇÃO : 03/07/2015

PROCESSOS DEFERIDOS

ASSUNTO: **Licença Especial para Usufruir**

Cadastro	Servidor	Nº Processo	QUINQUÊNIO	Período
3266	Almiro José dos Santos	00727/2015	3º	01/07/15 a 30/07/15 (30 dias)

Assunto: **Licença Especial para Gozo Oportuno**

Cad.	Servidor	Proc. nº	Quinquênio(s)
3269	Jenilson Mendonça de Andrade	01088/2015	6º

Assunto: **Licença Especial para contar em dôbro**

Cad.	Servidor	Proc. nº	Quinquênio(s)
3365	Luis Antônio Gonçalves de Oliveira	00568/2015	1º

PROCESSO INDEFERIDO

Assunto: **Licença Especial para contar em dôbro**

Cad.	Servidor	Proc. nº	Quinquênio(s)
3365	Luis Antônio Gonçalves de Oliveira	00568/2015	2º

Presidente Paulo Câmara repudia agressão de policiais militares contra jornalista

Marivaldo Filho, que integra a Secretaria de Comunicação do Legislativo Municipal, denunciou espancamento por PMS

Foto: Divulgação



Jornalista Marivaldo Filho

Em nome da Câmara Municipal de Salvador, o presidente do Legislativo Municipal, vereador Paulo Câmara (PSDB), repudiou e cobrou apuração da agressão sofrida na noite de sábado (4) pelo jornalista Marivaldo Filho. O profissional de imprensa, que integra a equipe da Secretaria de Comunicação da Câmara há quase seis anos, foi espancado por policiais militares ao fotografar uma ação policial no bairro do Bonfim.

Além de lamentar o ocorrido e manifestar solidariedade ao jornalista e à família, o presidente Paulo Câmara defende "uma apuração rigorosa do fato para que situações como estas não voltem a acontecer, causando sensação de insegurança entre os cidadãos por parte da própria Polícia Militar".O presidente disse ainda: "Esses policiais não representam a corporação na qual eu acredito e confio".

O jornalista Marivaldo Filho também trabalha como editor de política no site Bocão News, veículo em que o caso foi noticiado na manhã de domingo (5).

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Paulo Câmara

Vereadores repudiam ação de PMs contra jornalista

Marivaldo Filho foi espancado por policiais na noite de sábado (4)

Indignados com a agressão cometida por policiais militares contra o jornalista Marivaldo Filho na noite de sábado (4), os vereadores de Salvador mostraram-se solidários com o profissional e afirmaram que o fato deve ser rigorosamente investigado. Marivaldo, que integra a equipe da Secretaria de Comunicação da Câmara há quase seis anos, foi espancado por militares ao fotografar uma ação policial no bairro do Bonfim.

"A liberdade de expressão tem que ser garantida, assim como a PM deve agir dentro da legalidade. Presto todo meu apoio ao jornalista diante desta atitude covarde. A polícia tem que estar a serviço do cidadão, com a tarefa de protegê-lo, não censurando-o", afirmou Arnando Lessa (PT). Ele ressaltou, ainda, que o caso deve ser investigado com a "importância que lhe é devida".

O vereador Suíca (PT) também expressou o seu desagrado diante da situação. "Estamos todos consternados e ofendidos. Conheço o trabalho de Marivaldo há muito tempo e sei de sua dedicação. Vivemos num momento onde o ódio é disseminado de forma covarde e rasteira por aqueles que deveriam ser o olho do Estado, que deveriam nos proteger", disse. O comportamento dos policiais, segundo ele, revelou ainda o "racismo institucional, que vitima sobretudo jovens negros".

Suíca defendeu que o caso seja severamente apurado e os envolvidos punidos, sugerindo a formação de uma comissão da Câmara Municipal para acompanhar as investigações. Ele parabenizou a postura do presidente da Casa, Paulo Câmara, que se posicionou em favor do jornalista em nome de todos os vereadores. E lamentou declarações do corregedor chefe da PM, coronel Souza Neto, segundo o qual "se for afastar todos os policiais envolvidos em denúncias não sobra para o policiamento".

O vereador Claudio Tinoco (DEM) também registrou sua solidariedade a Marivaldo e repudiou a atitude policial, exigindo a responsabilização dos autores e a devida reparação pelo Estado. "Melhoras nos ferimentos e na alma", desejou. O líder da bancada do governo, Joceval Santana (PPS), fez questão de ressaltar a postura sempre pacífica e serena de Marivaldo e deixou claro que "esses policiais não representam a corporação".

Racismo

Para Aladilce Souza (PCdoB) o jornalista foi vítima de mais uma ação arbitrária da PM: "Não vamos deixar o caso passar despercebido, cobraremos investigação e punição dos responsáveis. As ações violentas da polícia fortalecem uma cultura de medo da corporação que é muito distante do propósito de criação da Polícia Militar".

O vereador Gilmar Santiago (PT) parabenizou o governador Rui Costa pelo posicionamento em defesa da investigação rigorosa do caso: "Aguardamos que se faça justiça contra a agressão ao jornalista Marivaldo. Essa ação de policiais militares é uma prática contra negros em nossa cidade e merece todo o nosso repúdio".

Hilton Coelho (PSOL) também manifestou solidariedade e apoio ao jornalista vítima de violência policial. "Exigimos punição dos responsáveis", ressaltou. Waldir Pires e Vânia Galvão, ambos do PT, se associaram ao voto de solidariedade a Marivaldo.

Na opinião de Moisés Rocha (PT), por mais que as pessoas tentem fugir do tema, a agressão foi uma prática racista: "A forma como a PM trata as pessoas pretas e pobres é arbitrária. A instituição da PM não pode ficar escondendo que a corporação tem policiais prepotentes e racistas. Nós temos que olhar para essa situação que não pode fugir da questão do racismo. Ela tem que estar no cerne e não podemos permitir que essas atrocidades continuem acontecendo com nossa comunidade negra".

Leandro Garrilha (PSL) foi outro que associou a violência policial ao fato do jornalista ser negro. Leo Prates (DEM) apresentou moção em solidariedade a Marivaldo Filho na sessão ordinária. Manifestaram-se em defesa do profissional de comunicação, ainda, os vereadores Edvaldo Brito (PTB), Kiki Bispo (PTN), Ana Rita Tavares (PEN), Duda Sanches (PSD), Everaldo Augusto (PCdoB) e Isnard Araújo (PR).